



Arthur Virgílio diz que oposição deve permanecer na CPI mesmo sem aprovar requerimentos; Marisa Serrano (entre Luiz Sérgio e Marcelo Melo) convocou general Jorge Félix



Em clima tenso, CPI dos Cartões rejeita convocação de Dilma

Depois de mais de três horas de discussão, foram rejeitados quatro requerimentos de convocação da ministra-chefe da Casa Civil. **Página 4**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.772 – Brasília, quinta-feira, 27 de março de 2008

Congresso examina hoje 74 vetos

Deputados e senadores reúnem-se hoje, em sessão do Congresso, para decidir sobre 74 vetos de presidentes da República a projetos aprovados pelo Legislativo. A votação se deve a acordo firmado na semana passada. “De quem é a última palavra: do presidente Lula ou do Congresso? É do Congresso. Nós não vamos recuar”, afirmou ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves. **Página 5**

Colaboração internacional para combater pedofilia

A CPI que investiga a pedofilia na internet aprovou ontem o plano de trabalho apresentado pelo relator, Demostenes Torres. A comissão deve elaborar um mapa desse tipo de crime no país e propor mecanismos de colaboração internacional para combater o abuso sexual de crianças e adolescentes. **Página 6**



Demostenes (E) ao lado do presidente da CPI, Magno Malta, e de Mesquita Júnior

Nova proposta de reforma tributária

Uma proposta de reforma tributária alternativa à do governo deve ser apresentada hoje, às 10h, pela Subcomissão Temporária da Reforma Tributária. **Página 5**

Árvores contra poluição do Senado

Como forma de compensar emissões de gases pela queima de energia e combustível pelo Senado, entidades e empresas vão plantar árvores na Mata Atlântica. **Página 3**

Plenário homenageia Luiz Viana Filho

Presidente do Senado e patrono da Biblioteca, Luiz Viana Filho faria 100 anos amanhã. Ontem, Plenário e exposição lembraram seu legado. **Página 8**



CAS aprova projeto que facilita adesão à Previdência

Pela proposta, trabalhador que deixar de contribuir por falta de rendimento fica isento de juros. **Página 8**



Devido à obstrução do PSDB e do DEM, não houve quórum ontem para a votação em Plenário do Projeto de Lei de Conversão 3/08, que abre crédito extraordinário à Presidência da República e a três ministérios. **Página 5**

Comissão de Ciência e Tecnologia aprova projeto de Crivella que garante acesso imediato ou agendado a serviços de *call centers*

Proposta humaniza atendimento ao consumidor

Projeto que garante aos consumidores o acesso imediato – ou pré-agendado em até 48 horas – a atendimento personalizado para quem recorre aos serviços ao consumidor que funcionam por meios eletrônicos, como centrais telefônicas (*call centers*), correio de voz e internet, foi acolhido ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A ideia é humanizar o atendimento, vedando serviços baseados apenas em comandos mecanizados.

A proposição (PLS 542/07), que altera o Código de Defesa do Consumidor, é de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e foi relatado por Cícero Lucena (PSDB-PB). A matéria deixa claro que o

acesso ao atendimento personalizado, para efetiva solução da queixa, deverá ser assegurado logo no primeiro contato feito pelo consumidor. O pré-agendamento será oferecido como uma alternativa.

O texto aprovado prevê prazo de até 48 horas para acolhimento das solicitações destinadas ao cancelamento do fornecimento de bens e serviços. Exige ainda que seja informado ao consumidor o nome do profissional responsável pelo atendimento e o código de protocolo da operação. O projeto irá agora ao exame da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), onde receberá decisão terminativa.

Regras para concessão de rádio e TV podem ser atualizadas

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) solicitou aos integrantes da CCT apoio a proposta de sua autoria que atualiza procedimentos do colegiado para exame de projetos de decreto legislativo que aprovam atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviços de rádio e TV.

O senador disse que as alterações são necessárias porque houve muitas mudanças na legislação que regula o tema no âmbito do Poder Executivo nos últimos



Antonio Carlos Júnior diz que, em 16 anos, houve muitas mudanças na legislação

16 anos. O presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG), anunciou que o relator do projeto de resolução (PRS 11/08) será Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Audiência debate projeto sobre clonagem de animais

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) debate às 9h, em audiência pública, a regulamentação das atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de ma-

míferos (exceto humanos), peixes, anfíbios, répteis e aves, de acordo com o Projeto de Lei 73/07, da senadora Kátia Abreu (DEM-TO). Estão convidados para a reunião pesquisadores, técnicos e veterinários especialistas em clonagem.

Plenário

A sessão, às 14h, é deliberativa. A pauta continua trancada por medidas provisórias.

CDH discute iniciativas em defesa da paz e da soberania das nações

Iniciativas em defesa da paz e da soberania das nações serão debatidas em audiência pública, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Estão entre os convidados o presidente

do Conselho Mundial da Paz, Orlando Fundora; o secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz, Carlos Alves Moura; e o secretário-executivo do Fórum Mundial Social, Francisco Whitaker.



Comissão analisa indicação de diplomatas

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa a indicação dos diplomatas Virgílio Moretzsohn de Andrade, Luiz Felipe Mendonça Filho e Carlos Alberto Simas Magalhães para exercerem o cargo de embaixador do Brasil, respectivamente, no Marrocos, em El Salvador e na Polônia.

Investimentos federais em gás natural

A situação dos investimentos federais nos sistemas de prospecção, produção e comercialização de gás natural, especialmente em relação a novas jazidas no norte de Minas Gerais, será debatida, às 10h, na

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Estão convidados o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima, e o engenheiro Wilson José Guerra.



CCJ reúne-se com deputados da Bélgica

Deputados da Bélgica – que estão no Brasil em comitiva chefiada pelo presidente do Parlamento Valão, José Happart, com o objetivo

de conhecer o sistema federativo brasileiro, em especial as relações entre União, estados e municípios – e o embaixador da Bélgica no

Brasil, Joohan Ballegeer, serão recebidos pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 16h.

Comissão Mista de Mudanças Climáticas

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas reúne-se, às 10h30, para analisar requerimentos e questões administrativas.

CDR elege seu vice-presidente

Às 11h30, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vota projeto de lei que altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) com o objetivo de prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores dos municípios. Em seguida, haverá a eleição do vice-presidente da comissão.

Subcomissão da Reforma Tributária

A Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), reúne-se, às 10h, para apresentar seu relatório preliminar.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmarina e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Mão Santa, Gerson Camata, Romeu Tuma e Serys Slhessarenko

Expedito defende Ivo Cassol

Expedito Júnior (PR-RO) rebateu críticas de má gestão administrativa feitas contra o governador de Rondônia, Ivo Cassol. Segundo o senador, não são procedentes acusações, formuladas por senadores, de que Cassol pagaria mal os servidores do estado, “uma vez que o governador conseguiu, em sua administração, eliminar o antigo problema de atrasos nos pagamentos de salários”.

Expedito assinalou ainda melhorias no sistema de segurança pública promovidas por Cassol, com a realização de concurso que permitiu a duplicação do efetivo de policiais.

Flexa Ribeiro critica governo do Pará

O Ministério Público do Estado do Pará ingressou no último dia 19 com uma ação civil pública contra o governo de Ana Júlia Carepa, informou Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O motivo é “a precariedade e o caos que, no atual governo, se instalaram no hospital da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará”.

O senador afirmou que nos 12 anos em que seu partido esteve à frente da gestão do estado, com os governadores Almir Gabriel e Simão Jatene, a saúde foi priorizada, tendo recebido vários prêmios.

Empossado suplente de Maria do Carmo

O primeiro suplente de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), Virgínio José de Carvalho Neto, tomou posse ontem no cargo de senador. A senadora pediu licença do cargo para a realização de uma cirurgia.

– Ela já está em seu apartamento e seu estado de saúde é confortável, mas foi levada a pedir essa licença – explicou o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, que dirigia os trabalhos da sessão plenária no momento da posse do suplente.

Virgínio apresentou requerimento em que informa integrar a bancada do PSC.

Abraf e empresas financiarão projeto que vai calcular quantidade de árvores que será plantada na Mata Atlântica para compensar uso de energia e queima de combustíveis

Plantio de árvores vai neutralizar emissões de gases do Senado

O Senado vai plantar espécies nativas da Mata Atlântica para reduzir a emissão de carbono gerada por suas atividades. O projeto, iniciativa da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente em parceria com a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), foi celebrado em encontro que reuniu parlamentares e entidades do setor na Presidência do Senado.

De acordo com o diretor-executivo da Abraf, César Augusto dos Reis, em quatro meses será feito um levantamento das atividades do Senado que emitem gases, como consumo de energia, uso de combustíveis por veículos, gasto

de papel e produção de resíduos. Em seguida, a associação vai calcular a quantidade de árvores que deve ser plantada. Os locais de plantio serão escolhidos pelo presidente do Senado.

– Uma vez feito o levantamento, haverá um trabalho de conscientização para que haja também mudança de comportamento da equipe do Senado, para, dentro do possível, reduzir essas emissões. Mas a neutralização será feita com o plantio de espécies nativas na Mata Atlântica. Esse plantio será patrocinado pela Abraf – explicou César Augusto.

A Abraf contará com o apoio da organização não-governamental

SOS Mata Atlântica, que coordenou o programa de neutralização de carbono da Câmara, em 2007. Na ocasião, a Câmara plantou 12 mil árvores às margens do rio Tietê, em São Paulo, para reduzir o impacto de suas atividades.

A Mata Atlântica foi privilegiada porque, segundo a SOS Mata Atlântica, apenas 7% da floresta original ainda é preservada.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), membro da Frente Parlamentar, frisou que o projeto é custeado pela Abraf e pelas empresas parceiras. Para ele, a iniciativa coloca o Congresso na linha de frente da neutralização de carbono no mundo.

Serys comemora MP sobre regularização de terra na Amazônia

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) parabenizou o presidente Lula pela medida provisória (MP) que permite a regularização fundiária na Amazônia.

A MP prevê a concessão, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de título de propriedade a trabalhadores que morem e cultivem áreas de até 1.500 hectares. Antes, só recebiam título de propriedade fazendas com até 500 hectares.

– Para Mato Grosso, essa MP poderá ser o renascer de novas esperanças para milhares de famílias – afirmou Serys, para quem a alteração deverá beneficiar 90% dos posseiros da Amazônia.

A senadora destacou ainda a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de projeto (PLC 9/08) que trata da transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima.



Sibá: financiamento do Incra irá proteger o meio ambiente nos assentamentos

Sibá anuncia lançamento do crédito ambiental

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) prepara-se para lançar uma modalidade de financiamento chamada crédito ambiental, anunciou Sibá Machado (PT-AC). De acordo com o senador, o objetivo é proteger o meio ambiente nos assentamentos da reforma agrária, evitando o desmatamento ou recuperando áreas degradadas. “Em princípio, o crédito ambiental será de R\$ 2.400 por dois anos, R\$ 100 por mês, sendo que os assentados da reforma agrária também poderão se unir em cooperativas ou associações para aproveitar melhor o recurso”, comentou.

Sibá Machado registrou ainda sua participação no ato de assinatura da MP 422/08, que regulariza a situação de pequenos e médios produtores rurais da Amazônia em áreas da União.

João Tenório quer abrir mercado dos EUA ao etanol

Uma maior abertura do mercado norte-americano ao etanol brasileiro, por meio de cotas de importação – que poderiam chegar a 2 bilhões de litros ao ano –, foi defendida por João Tenório (PSDB-AL). O senador reconhece que, “para garantir a maturidade do setor produtivo norte-americano, seria aconselhável manter, no curto prazo, a sobretaxa sobre o etanol brasileiro”. Mas pondera que o mecanismo de cotas para exportação do excedente de produção brasileira é essencial.

Tenório disse ter apresentado a idéia a senadores norte-americanos, dos quais recebeu sinais positivos, com exceção do senador republicano pelo Tennessee Bob Corker.



João Tenório defende cotas de importação do etanol brasileiro



Lúcia Vânia comemora avanços na qualidade da educação em municípios

Lúcia Vânia aponta boas práticas no ensino fundamental

Ao comentar pesquisa divulgada pelo Ministério da Educação e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou várias práticas – como a valorização dos docentes e o estímulo à leitura – adotadas em redes de ensino de municípios escolhidos como modelo pelo estudo, consideradas indispensáveis para a melhoria do ensino fundamental.

A pesquisa “Redes de Aprendizagem – Boas Práticas de Municípios que Garantem o Direito de Aprender” identifica 37 municípios que obtiveram os maiores avanços na qualidade do ensino fundamental, observou a senadora.

Lúcia Vânia comemorou a boa classificação obtida na pesquisa por cinco municípios goianos: Formosa, Carmo do Rio Verde, Cezarina, Piranhas e Rio Verde.

Cristovam: ensino médio federal chega atrasado

Cristovam Buarque (PDT-DF) comentou matéria publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo* em que o ministro da Educação, Fernando Haddad, admite a possibilidade de o governo promover a federalização do ensino médio. Cristovam lembrou que a sugestão tramita desde 2003 na Casa Civil sem que tenha recebido atenção.

Pela reportagem, o ministro considera o ensino médio o “elo frágil” da educação. Segundo Fernando Haddad, o total de matrículas no ensino médio federal hoje está em 1% e pode chegar a 10% com a intervenção.

Porém, para Cristovam, não há condições para a realização de uma revolução no ensino médio em todo o país.



Para Cristovam, proposta deve prever melhoria salarial de professores

Comissão adia votação do requerimento que solicita dados sobre os gastos da Presidência nos governos Lula e Fernando Henrique

General Félix é convocado para falar hoje à CPI

A presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), convocou o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, para ser ouvido às 14h30 de hoje.

A senadora disse que encaminhou a convocação por ser “obrigação dela”, como presidente, “para que as pessoas possam levar esta CPMI e este Congresso a sério”. Mas Marisa Serrano reconheceu que o general não comparecerá, pois está nos Estados Unidos e não chegaria a tempo.

Os parlamentares gostariam de ter ouvido o ministro na terça-feira. No entanto, no dia 19 de março, por ofício, o general informou que se encontra no exterior, de férias, mas que estaria à disposição do colegiado a partir de 7 de abril.

Na discussão sobre a convocação do general, a presidente da comissão de inquérito destacou que foi enviado ao ministro um convite, o qual, por não ter sido atendido, se transformou em convocação, conforme acordo firmado pelos parlamentares da comissão durante a votação do requerimento.

– Acredito que um convite de

uma CPMI teria que se sobrepor a férias de qualquer servidor. As férias não podem ser justificativa para não comparecer. Imagine se um juiz marca hora e local de uma audiência e a pessoa diz que não vai porque está de férias – afirmou Marisa Serrano.

Disposição para esclarecer

A líder do Bloco de Apoio ao Governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), lembrou que Jorge Félix comunicou à CPI que não estaria no país e colocou-se à disposição da comissão no próximo mês.

– Não houve indisposição de Félix para prestar esclarecimento – garantiu Ideli.

Para o senador Almeida Lima (PMDB-SE), a presidente não poderia ter convocado o ministro, apenas convidá-lo. Ele considera inclusive que a presença do general, por convite, teria que acontecer em horário combinado com ele. O senador sugeriu que Marisa Serrano revogue o ofício de convocação do ministro.

A oposição pretende ter acesso a dados da Presidência da República sobre gastos com cartões corporativos. A base aprovou a convocação de Jorge Félix, mas considera que a votação da quebra do sigilo das contas só ocorra após o general ser ouvido.



“Estamos sentindo o gosto de pizza”, diz Marconi sobre as investigações da CPI

Marconi quer nomes dos servidores que sacaram com cartões

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) exigiu ontem a apuração dos saques com cartões corporativos e a divulgação dos nomes dos 300 servidores públicos responsáveis por 91% dessas operações. Atualmente, há 16 mil cartões corporativos ativos.

O parlamentar considera suspeito o aumento (de 550%) registrado nessa modalidade de gasto entre 2004 (R\$ 14 milhões) e 2007 (R\$ 77 milhões). Observou também que em 2005, quando foi desarticulado o mensalão, houve aumento de 66% dos saques em comparação a 2004 – R\$ 35 milhões contra R\$ 21 milhões.

– Diante dessas constatações, a CPI Mista dos Cartões Corporativos passa a ter um dever cívico de alta importância para a sociedade brasileira, porque o fio do novelo que começamos a desembaralhar pode trazer à tona mais um esquema de favorecimento ilícito.

Notas frias

Marconi lembrou que é possível sacar com os cartões valores acima de R\$ 2 mil, desde que o titular comprove os gastos com notas fiscais. Entretanto, as investigações teriam indicado que as notas apresentadas são, em grande parte, frias. O mesmo ocorreria em relação às notas utilizadas nos saques efetuados nas contas do tipo B (operadas por funcionários públicos para cobrir despesas governamentais).

O senador chamou atenção ainda para o aumento do gasto total com suprimento de fundos – de R\$ 270 milhões, em 2004, para R\$ 370 milhões, em 2007. Os valores incluiriam as compras com cartões, os saques com cartões para apresentação de notas fiscais e os saques nas contas B.

– Foi deprimente a reunião da CPI desta quarta. Isso nos preocupa, porque, há duas semanas, estamos sentindo o gosto de pizza. Estamos extremamente preocupados com a possibilidade de que essa comissão não chegue a conclusão alguma – avaliou.



A reunião de ontem foi marcada por longos debates entre parlamentares da oposição e governistas. Para Marisa Serrano, presidente do colegiado, as pessoas precisam levar a CPI a sério



J. Freitas

Comissão rejeita convocação da ministra Dilma Rousseff

Foram rejeitados ontem quatro requerimentos de convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para ser ouvida pela CPI Mista dos Cartões Corporativos, depois de mais de três horas de discussão. A rejeição foi em bloco, por 14 votos contrários e cinco favoráveis. Parlamentares do governo votaram contra a convocação e a oposição, favoravelmente.

A comissão não conseguiu votar o requerimento que pede a transferência de dados de cartões corporativos e contas tipo B da Presidência da República nos governos Lula e Fernando

Henrique.

A reunião foi marcada por debates longos entre governistas e opositores. Almeida Lima (PMDB-SE) discutiu com os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Para a presidente da CPI, Marisa Serrano, a reunião foi “péssima”. A senadora afirmou que, diante dessa situação, decidiu suspender a reunião da CPI que ocorreria hoje para ouvir os ministros do Esporte, Orlando Silva, e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin.

Opinião pública saberá quem quer apurar a verdade, afirma Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse ontem que é “contra a oposição abandonar a CPI injuriada, triste e revoltada”.

– Eu sou a favor de ficarmos aqui 90 dias. Se preciso, perdendo todos os requerimentos, para deixar bem claro para a opinião pública quem quer e quem não quer apurar a verdade dos fatos.

Virgílio afirmou que o seu partido vai cumprir o dever de ouvir o que for necessário, dizer o que tiver a dizer e propor requerimentos, quebras de sigilo e investigações. E acrescentou que, se a

base governista trabalhar direito, merecerá o aplauso da oposição e da opinião pública.

– Se resolverem tratorar a verdade, vamos denunciar, e vai ficar claro quem tem o que esconder. Um, dois, três dias, dá para enganar, mas 90 dias, não – frisou.

O senador disse que a próxima batalha será obter o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o uso abusivo dos cartões corporativos. Segundo Arthur Virgílio, a base do governo recebeu orientação para votar contra o requerimento solicitando o relatório do TCU.

Papaléo critica atuação de parlamentares governistas

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) considerou que os parlamentares governistas na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cartões Corporativos, notadamente os deputados, estão agindo como “paus-mandados”, ao provocar obstruções e “levar a investigação” para o lado pessoal e de disputa política. Na reunião

de ontem, a oposição não conseguiu aprovar requerimentos para acessar dados dos gastos com cartões corporativos nos governos Lula e Fernando Henrique.

– O que queremos da comissão de inquérito é ver como foi gasto o dinheiro. Se é o governo Fernando Henrique ou Lula, não interessa, porque é dinheiro do

povo – disse.

Papaléo observou que a atuação da base governista caracteriza-se como a de pessoas que “devem ou estão retribuindo alguma coisa”. E elogiou a atitude do ex-presidente Fernando Henrique, que liberou o acesso aos dados dos cartões corporativos em sua gestão.



Papaléo elogia Fernando Henrique, que liberou dados de sua gestão no Planalto

Gerardo Magela

Suplicy homenageia Sérgio de Souza e Paulo de Mesquita

Gerardo Magela



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou terça-feira requerimento de voto de pesar, aprovado pelo Plenário, pela morte do jornalista Sérgio de Souza.

Suplicy mencionou a importância da atuação do jornalista em diversos veículos de comunicação, citando em especial seu trabalho na revista *Caros Amigos*.

– Sérgio de Souza foi um grande exemplo. Espero que sua inestimável contribuição seja um estímulo para que a *Caros Amigos* tenha vida longa – declarou o senador paulista.

Pedro Simon (PMDB-RS) também homenageou o jornalista.

– Realmente sentimos muito pela sua morte – afirmou Simon.

Suplicy lamentou ainda a morte de Paulo de Mesquita Neto, cientista político e membro do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), ocorrida ontem pela manhã, no Hospital Sírio-Libanês.

Inácio Arruda comemora os 86 anos do PCdoB

Moreira Mariz



Inácio Arruda

Inácio Arruda (PCdoB-CE) comemorou os 86 anos de criação do Partido Comunista do Brasil. Fundado em 1922, durante a Semana de

Arte Moderna, o PCdoB ocupa, disse o senador, posição de destaque na história política nacional de luta democrática e popular. Ele chamou a atenção para a nova orientação estratégica do partido de lançar candidaturas próprias para as eleições municipais deste ano. E considerou boas as chances de vitória de quadros da legenda, como Jandira Feghali para a prefeitura do Rio de Janeiro; da deputada Manuela D'Ávila, para Porto Alegre; e da vereadora Ângela Albino, para a cidade de Florianópolis.

Inácio ainda protestou contra a demissão do jornalista Paulo Henrique Amorim do portal IG, ocorrida na semana passada.

Entre os 996 vetos do Executivo a 159 projetos aprovados pelos deputados e senadores, alguns são da época do presidente Itamar Franco (1992-1995)

Congresso pode decidir hoje sobre 74 vetos presidenciais

Os deputados e senadores reúnem-se às 9h de hoje, em sessão do Congresso Nacional, para decidir sobre 74 vetos que presidentes da República fizeram nos últimos anos em 19 projetos aprovados pelos parlamentares.

A votação se deve a acordo firmado na semana passada por líderes partidários com o presidente do Senado (que também preside a Mesa do Congresso), Garibaldi Alves, prevendo a retomada dessas votações. Há um acúmulo de 996 vetos presidenciais a 159 projetos. Alguns deles foram fei-

tos pelo então presidente Itamar Franco (1992-1995).

Entre os 74 vetos encontra-se um do presidente Lula à totalidade de um projeto do Senado que transfere do Ministério do Trabalho para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a atribuição de realizar o registro profissional. Os vetos a serem examinados hoje são consensuais entre as lideranças partidárias, que deixaram para as próximas sessões do Congresso o exame de vetos polêmicos. Garibaldi Alves informou que, a partir dessa reu-

nião, pretende colocar na pauta do Congresso vetos recentes e antigos, para que haja uma redução gradativa do acúmulo existente.

As deliberações sobre vetos são diferentes das votações de projetos. É distribuída aos parlamentares uma lista detalhada dos vetos, cabendo a eles assinalar *sim* ou *não*. Depois, a listagem vai ao Prodasen, para contagem dos votos. O resultado demora ao menos dois dias para sair. Para derrubar um veto, há necessidade da maioria absoluta dos votos – 257 deputados e 41 senadores.

Garibaldi cobra independência do Congresso

“De que adianta ser a maior bancada de um Congresso pequeno, aviltado, sem a independência necessária de votar o que deseja votar?” A pergunta foi feita pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, durante reunião do conselho político do PMDB, realizada quarta-feira, na Câmara.

– Vamos fazer com que o Congresso não seja um Congresso apequenado, um Congresso que não possa se reerguer perante os brasileiros. Eu estou falando de um Congresso que possa fazer com que sua pauta não fique trancada permanentemente como hoje está, porque do jeito que está hoje não se aprova reforma tributária nenhuma, não se aprova.



Garibaldi (2º à dir.), em reunião do PMDB, lembra responsabilidade da maior bancada

Garibaldi fez essas observações ao assinalar que tem procurado chamar a atenção da bancada do partido, por meio do seu presidente, o deputado Michel Temer (SP), para a responsabilidade da legenda como maior agremiação no Senado e na Câmara.

– E aí estão também os vetos.

Que Congresso é esse que deixa que 895 dispositivos sejam vetados e não aprecia nenhum deles? Quer dizer que, agora, o presidente vota e fica vetado? De quem é a última palavra, do presidente Lula ou do Congresso? É do Congresso. Nós não vamos recuar, não vamos nos dar por vencidos.

Sai relatório preliminar sobre reforma tributária



Dornelles deve sugerir proposta alternativa à do governo federal

A Subcomissão Temporária da Reforma Tributária reúne-se hoje, às 10h, para apresentação da versão preliminar de seu relatório, elaborado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ). O parlamentar deverá sugerir uma proposta alternativa à do Executivo.

Criada a partir de requerimento de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que a preside, a subcomissão já realizou nove audiências. Em três delas compareceu Bernard Appy, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. No último debate, em outubro, Appy apresentou, ao lado do secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, as linhas gerais do projeto.

Camata quer mais agilidade nos trabalhos do Senado



Camata aponta excessivo número de discursos antes do início da ordem do dia

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu modificações no Regimento Interno do Senado Federal com o objetivo de torná-lo mais atualizado e moderno e permitir o melhor aproveitamento do tempo dedicado pelos senadores às atividades da Casa. Segundo adiantou, sua pretensão é compilar as várias propostas de alteração do regulamento já apresentadas.

– Nosso Regimento é de antes de Rui Barbosa. Não tem mais eficácia ante a evolução tecnológica e da informação – avaliou, criticando o excessivo número de discursos feitos pelos senadores antes do início da ordem do dia.

MP que abre crédito perde validade hoje se não for votada

Devido à obstrução do PSDB e do DEM, não houve ontem quórum para votação do Projeto de Lei de Conversão 3/08, proveniente da Medida Provisória 399/07, que abre crédito extraordinário de R\$ 359,5 milhões à Presidência da República e a três ministérios.

Após a verificação de quórum pedida pela oposição, passou-se à votação nominal, mas apenas 39 senadores (dois a menos que o necessário) registraram presença em Plenário. A matéria constará da ordem do dia de hoje. Se não for votada, perderá a validade.

Na discussão, a oposição voltou a argumentar que a abertura de crédito extraordinário via MP contraria a Constituição, prejudica a execução orçamentária e não atende aos pressupostos de relevância e urgência.

A MP teve como relator-revisor Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que apresentou voto contrário ao texto. Ele alega que as despesas contidas na proposição poderiam ser previstas pelo Executivo e que o governo tem abusado das medidas provisórias.

Wellington: medidas provisórias não prejudicam votações

Wellington Salgado (PMDB-MG) refutou ontem afirmações de que o Senado trabalha pouco e tem a produção prejudicada pela quantidade de medidas provisórias editadas pelo Executivo. Ele citou estudo elaborado por seu gabinete que demonstrou o número de proposições aprovadas nos últimos anos: 4.078 matérias em 2006, entre propostas de emenda à Constituição, projetos de lei do Senado, projetos de lei da Câmara e requerimentos, entre outros, sendo 61 MPs. E em 2007 foram acolhidos 3.951 proposições; 63 delas eram MPs.



Wellington Salgado

Wellington também ressaltou o bom momento vivido pelo país, com crescimento econômico e melhorias no campo social. Mas fez um alerta: o Parlamento precisa se preocupar com questões como as consequências da crise vivida pelos Estados Unidos.

Comissão aprova plano de trabalho com três linhas de ação: pedidos de informações e de assessoramento, realização de audiências e visitas aos estados para inspeções e oitivas

CPI deve propor colaboração internacional contra pedofilia

Além de elaborar um mapa da pedofilia no Brasil, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada para investigar o uso da internet na disseminação desse tipo de crime deverá propor mecanismos de colaboração internacional para o combate ao abuso sexual contra

crianças e adolescentes, afirmou ontem o senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator do colegiado.

Os senadores que integram a CPI aprovaram ontem o plano de trabalho apresentado por Demostenes. O plano contém três linhas de ação: pedidos de informações e de assessoramento a órgãos ligados ao combate à pedofilia; realização de oitivas; e visitas aos estados, para inspeções e tomadas de depoimentos.

Conforme informou o presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), os senadores se encontrariam ontem com o diretor-geral da Polícia Federal, Luís Fernando Corrêa, para solicitar informações sobre os crimes de pedofilia investigados pelo órgão.

Estão previstas ainda visitas com a mesma finalidade ao ministro da Justiça, Tarso Genro; ao



Magno Malta (E) e Demostenes Torres, presidente e relator

presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto; ao secretário especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi; e aos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Gilmar Mendes.

A parceria com esses órgãos, ressalta o senador Magno Malta, dará maior agilidade e eficiência ao trabalho da comissão de inquérito.

– Não queremos cometer atropelos na nossa trajetória. Estaremos ao lado de quem investiga, de quem tem o poder de punir os criminosos e de quem milita na repressão à pedofilia – afirmou Magno Malta, ao informar que a CPI deverá contar com assessoramento técnico.

Diligências

O plano de trabalho da comis-

são, disse o presidente, inclui diligências e a realização de oitivas. Malta destacou o papel dos conselhos tutelares e dos secretários de Segurança, na preparação das visitas e tomadas de depoimentos que serão feitas em diversos estados.

Os senadores aprovaram requerimento convidando o diretor da *SaferNet*, Thiago Tavares Nunes de Oliveira, a falar à CPI. A entidade realiza pesquisas e projetos sociais relativos ao combate à disseminação de pornografia infantil pela internet.

De acordo com Demostenes Torres, um dos resultados da CPI deverá ser a apresentação de projeto de lei estabelecendo a tipificação do crime de pedofilia.

– É preciso tipificar o crime de pedofilia quando esta é externada, quando se torna abuso. É preciso uma tipificação única, para todas as manifestações, o que vai exigir a modernidade de incluir os crimes praticados pela internet, fazendo com que todos os responsáveis sejam punidos. Com a internet, o crime prosperou, sendo necessário desenhar mecanismo para combater essas práticas, que são internacionais – explicou o relator.

Magno Malta sugere pena máxima para pedófilo

“A CPI da Pedofilia precisa encerrar seus trabalhos com o crime de pedofilia tipificado, estabelecendo pena muito dura para os pedófilos – vou propor pena de 30 anos de prisão”, afirmou o presidente da comissão, Magno Malta.

Para o vice-presidente da CPI, Romeu Tuma (PTB-SP), a criação do colegiado reflete a indignação do Senado frente ao grande número de notícias sobre casos de abusos sexuais contra crianças. O senador considera importante que sejam propostas ações sociais voltadas às famílias envolvidas em denúncias de pedofilia, mas também ressalta a necessidade de agilizar a tramitação de propostas que aumentem o rigor na punição a pedófilos.

– Devemos propor projetos antes mesmo da conclusão da CPI – informou Tuma.

Mesquita Júnior (PMDB-AC) destacou que as ações previstas reúnem condições para “uma atuação consistente” da comissão de inquérito.

Na reunião da CPI, Magno Malta designou Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para auxiliar o relator na elaboração de propostas de instrumentos destinados ao combate a crimes cibernéticos.

Projeto: prisão temporária de estrangeiros condenados

A CPI da Pedofilia deverá apresentar, em breve, projeto que permite a prisão temporária de estrangeiros condenados ou que tenham mandado de prisão expedido em seus países de origem, seja por pedofilia ou por outros tipos de crime. Dessa forma, será possível para o Brasil prender temporariamente os criminosos que fazem parte da “Difusão Vermelha” – a lista da Interpol enviada aos 186 países integrantes da organização.

A sugestão foi feita pelo diretor-geral da Polícia Federal, Luís Fernando Corrêa, que recebeu ontem os senadores Magno Malta, Demostenes Torres e Mesquita Júnior. Demostenes disse que a sugestão “é tão boa que vamos colocar em prática imediatamente”.

Magno Malta afirmou que o diretor-geral da PF colocou à disposição da comissão peritos, delegados e técnicos especializados em crimes na internet. O senador anunciou que policiais que participaram da Operação Carrossel – que recentemente prendeu pedófilos em vários estados brasileiros – estarão hoje no Senado mostrando o que já foi apurado.

Não há antagonismo entre sociedade e polícia, diz senador

Não há antagonismo entre a sociedade e a força de segurança do Estado. Essa é a opinião de Demostenes Torres (DEM-GO), que, em discurso, afirmou ontem que a população dos morros do Rio de Janeiro aprova a atuação da polícia nas favelas, como revelou pesquisa do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), divulgada pelo jornal *O Globo* no último domingo.

– A pesquisa desmonta uma série de mitos construídos pela esquerda brasileira que apresenta como verdade absoluta as comunidades faveladas em sistemático antagonismo com as polícias.

Pela pesquisa, feita exclusi-

vamente com 1.074 moradores de 101 favelas do Rio, 85,1% dos entrevistados disseram que a favela não é reduto de marginais e 93,1%, que a favela não é lugar de negro e de pobre; 60,5% manifestaram-se contrários à legalização de drogas leves e 47,9%, favoráveis à atuação do veículo blindado da Polícia Militar que faz rondas nas favelas, o chamado Caveirão.

– Os fetichistas dos direitos humanos sempre o relacionaram como ícone da repressão estatal e da hostilidade contra pessoas de bem. O equipamento está no bom conceito da maioria – frisou o senador.

Tuma elogia programa de segurança para a cidade do Rio

Romeu Tuma (PTB-SP) fez um relato sobre as ações de segurança pública para a cidade do Rio de Janeiro incluídas no chamado PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da Segurança, lançado em 7 de março. Para o senador, o programa é “um marco histórico”.

Ex-diretor-geral da Polícia Federal, Tuma disse que não poderia deixar de elogiar a iniciativa do governo federal. A previsão é de que R\$ 2 bilhões sejam investidos em obras e programas sociais nas favelas do Complexo do Alemão, de Manguinhos e na Rocinha.

O senador lamentou a ação



Gerardo Magela

Tuma lamenta violência da ação policial nos morros do Rio de Janeiro

da polícia, que sobe os morros do Rio de Janeiro atirando para matar porque a criminalidade praticamente assumiu o governo daqueles locais.

Nery critica governadora e pede meia-passageira para estudantes

José Nery (PSOL-PA) criticou ontem a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, pela “pouca sensibilidade” demonstrada em projeto enviado à Assembleia Legislativa para regulamentar a meia-passageira para estudantes nos meios de transportes entre municípios.

A regulamentação proposta só garante a meia-passageira para locais distantes no máximo 150 quilômetros de Belém, excluindo do benefício estudantes do ensino médio, das escolas técnicas, de nível superior de escolas privadas e os de pós-graduação. José Nery informou que os estudantes fizeram ontem protestos em Belém e em Tucuruí – neste município,



Gerardo Magela

José Nery aponta “pouca sensibilidade” de Ana Júlia e apoia manifestantes

2 mil estudantes fecharam uma rodovia. O senador apoiou os estudantes e informou que, graças às manifestações, foram abertas negociações.

Fátima Cleide pede que Câmara vote PEC

Fátima Cleide (PT-RO) pediu a inclusão imediata, na pauta de votações da Câmara dos Deputados, de proposta de emenda à Constituição (PEC 483/05) de sua autoria que transfere para os quadros da União os funcionários civis e militares do então território de Rondônia. A matéria foi aprovada pelo Senado em novembro de 2005.

– O Senado já cumpriu a sua parte. Falta agora a Câmara. Faço um apelo ao presidente Arlindo Chinaglia e às lideranças partidárias para a inclusão da proposta na ordem do dia. A Câmara precisa suprir o vazio legislativo que atinge Rondônia.

Mesquita Júnior cobra usina no Acre

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) protestou contra o que considera falta de atitude do governo do Acre para viabilizar um empreendimento do qual é sócio o próprio estado. Trata-se da Usina Álcool Verde, interdita pela promotoria no ano passado, para que seja feito um diagnóstico dos impactos ambientais que o cultivo de cana-de-açúcar pode causar.

Segundo o parlamentar, o Instituto do Meio Ambiente do Acre anunciou que promoveria o diagnóstico, que, no entanto, ainda não foi entregue à promotoria.

“PAC já é realidade”, diz Augusto Botelho

Augusto Botelho (PT-RR) afirmou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) “já é uma realidade em Roraima”. Segundo o senador, a obra mais visível para quem chega a Boa Vista é a reforma do aeroporto local, que receberá recursos que somam R\$ 8 milhões.

Augusto lembrou que, além de R\$ 42 milhões dentro do programa Luz para Todos, a totalidade dos municípios do estado contará com verbas para saneamento básico. Está prevista ainda a construção de casas populares em Caracaraí, Rorainópolis, Mucajá e Boa Vista.

Proposta deverá ser votada em regime de urgência pelo Plenário, conforme requerimento acolhido pela comissão

CCJ aprova regra para recolhimento de presos em penitenciária federal

Projeto de lei que estabelece regras sobre a transferência de presos para prisões federais de segurança máxima recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, que vai agora a votação no Plenário, foi apresentada pelo Executivo em maio de 2007 e aprovada no final do ano pela Câmara dos Deputados.

A relatora da matéria (PLC 9/08), senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), observou que a legislação “carece de regras que regulem o recolhimento de presos aos estabelecimentos penais federais”. Ela observou que o projeto aperfeiçoa a Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), que em

seu artigo 3º determina que “a União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública”.

Permanência

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) anunciou que apresentará em Plenário uma emenda de redação à proposição. Ele disse estar preocupado com um dos dispositivos do texto, que, segundo explicou, poderia ser interpretado incorretamente, como se o preso não pudesse permanecer mais do que dois anos consecutivos nos estabele-

cimentos federais de segurança máxima. O parlamentar se referia ao item que determina que “o período de permanência não poderá ser superior a 360 dias, renovável, excepcionalmente, quando solicitado motivadamente pelo juízo de origem, observados os requisitos da transferência”.

Demostenes disse que um representante do Ministério da Justiça lhe explicou que esse risco não existe. Apesar disso, o parlamentar pondera que a emenda é necessária “para garantir que não haja limites ao prazo de permanência do preso naquelas prisões”.

A CCJ acolheu ainda requerimento de Aloizio Mercadante (PT-SP) para que a matéria tramite em regime de urgência.



Jefferson (2º à esq.) afirma que decisão sobre ofício do STF é uma “formalidade inútil”; Maciel observa que a questão é “controversa”



Fotos: Márcio Kalume

Comissão vai promover debate sobre suspensão de lei pelo Senado

A Comissão de Justiça vai iniciar na próxima semana um debate para saber se continua a analisar e votar os chamados ofícios S, que são encaminhados ao colegiado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Senado Federal determine a suspensão, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva daquela corte.

A questão foi levantada na reunião de ontem pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Para ele, a decisão tomada pelo STF deve ser definitiva, não necessitando, portanto, da análise da CCJ. “Trata-se de uma formalidade inútil que só ajuda a entulhar ainda mais a secretaria da CCJ”, resumiu Jefferson Péres.

O presidente do colegiado, senador Marco Maciel (DEM-PE), observou que a análise, pela CCJ,

dos ofícios S é prevista desde a Constituição de 1946, e incorporada ao texto da Carta Magna de 1988. Ele disse que a questão “é controversa”, razão por que solicitou ampla discussão da matéria, que poderá contar, inclusive, com a presença do presidente do tribunal, ministro Gilmar Mendes. Aloizio Mercadante concordou com Marco Maciel.

O tema foi tratado durante a votação de dois ofícios, de números 65/97 e 25/04. O primeiro contendo declaração de inconstitucionalidade de artigos de lei municipal a respeito da cobrança progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de Santo André (SP); e o segundo sobre reajuste salarial de servidores públicos do município de São Paulo. Ambos os ofícios foram para o arquivo.

Acolhida criação de cargos no TRT de Mato Grosso

A criação de novos cargos no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, em Mato Grosso, conforme prevê o PLC 122/07, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Justiça.

Nas mesmas reuniões, a CCJ decidiu pelo arquivamento de projeto (PLS 86/05) de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que estabelecia punições para as irregularidades cometidas por gestores de bancos na administração dos fundos constitucionais.

O relator, Jefferson Péres (PDT-AM), apontou injuridicidade na matéria. Além disso, segundo o senador, a Lei de Improbidade Administrativa já prevê a punição.

Novas normas para suplentes podem ser votadas quarta-feira

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Marco Maciel (DEM-PE), marcou para a reunião da próxima quarta-feira a votação do relatório de Demostenes Torres (DEM-GO) sobre sete propostas de emenda à Constituição que estabelecem novas regras para a suplência de senador. Pelas normas atuais, cada senador é eleito com dois suplentes, não sufragados pelo voto popular. Hoje, dentre os 81 senadores em exercício, 13 são suplentes.

– A discussão está encerrada na sessão desta quarta-feira [ontem]. Semana que vem vou colocar, impreterivelmente, em votação a matéria, permitindo apenas o encaminhamento da votação – anunciou Maciel.

As propostas de emenda constitucional, que tramitam em conjunto na Comissão de Justiça, estão na pauta do colegiado aguardando votação há várias semanas.

Consenso

Demostenes Torres reconheceu, entretanto, durante a reunião, que a aprovação de seu relatório, como está, será difícil. Mas admitiu a existência de um “consenso” em torno de algumas questões que fazem parte do seu parecer, a exemplo da permissão para um senador eleito ocupar o cargo de ministro. Nesse caso, o suplente assumiria o cargo de senador. O substitutivo proíbe o titular de ocupar secretarias estaduais ou o cargo de vice-governador.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) manifestou-se contrário à ida de senadores para ministérios ou quaisquer outros cargos. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), indagou: “De onde então vamos recrutar os ministros?”

Por sua vez, Romero Jucá (PMDB-RR) considerou que as propostas contidas no relatório de Demostenes “embaralhariam” ainda mais o atual quadro. Por isso, defende a adoção de apenas um suplente, do mesmo partido do aspirante ao cargo de titular.

Já Sibá Machado (PT-AC), suplente da senadora licenciada Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, defendeu a manutenção da legislação que versa sobre os suplentes, com a inclusão de uma novidade: não seriam aceitos suplentes que tenham parentesco com o titular até o segundo ou terceiro grau.

Comissão de Assuntos Sociais dá aval a projeto de Arthur Virgílio que isenta de juros o contribuinte individual da Previdência que deixar de pagar as contribuições em dia por falta de rendimentos

Márcia Kallume



CAS aprova substitutivo de Papaléo Paes que amplia a lista de testes para detecção de doenças em recém-nascidos e crianças em idade escolar

Exames de vista e de audição em escolas podem ser obrigatórios

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto de lei que determina a obrigatoriedade da realização de exames de vista e de audição nas escolas públicas de ensino fundamental.

A proposta (PLC 52/03), que já foi aprovada na Câmara e tramitou em conjunto com outros cinco projetos, traz ainda exigências de exames específicos para detecção

de problemas em recém-nascidos e crianças em idade escolar.

O relator, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), ressaltou a urgência dos programas de registro, controle e assistência integral às pessoas portadoras de doenças como fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, fibrose cística e hemoglobinopatias, especialmente crianças em idade escolar.

Assim, o senador elaborou um substitutivo englobando todas essas exigências ao projeto inicial de exames preventivos e estabeleceu pena de seis meses a dois anos de detenção para as autoridades que não tomarem essas iniciativas.

O substitutivo de Papaléo Paes vai agora à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e depois ao Plenário.

Contribuintes individuais poderão ficar livres de encargos do INSS

A CAS aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei (PLS 493/07) do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que impede a cobrança de encargos do contribuinte individual quando o recolhimento da contribuição previdenciária acontecer fora do prazo por falta de rendimentos para cobrir o valor mínimo exigido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Hoje, se o contribuinte individual esperar obter ganhos para recolher o valor mínimo exigido, é obrigado a pagar encargos pelo período em que deixou de fazer o recolhimento.

Na opinião do relator, senador Adelmir Santana (DEM-DF), a proposta corrige a injustiça que faz

com que trabalhadores de menor remuneração e pequenos prestadores de serviço continuem a pagar juros sem chance de defesa.

Arthur Virgílio argumenta que o pagamento não é feito por desinteresse do contribuinte, mas por sua baixa remuneração, inferior ao salário mínimo, referência para a contribuição individual. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos.

A CAS acatou ainda pedido da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) para realização de reunião com o objetivo de avaliar políticas públicas de capacitação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho.

Saúde será tema de três debates em subcomissão da CAS

A Subcomissão de Promoção e Defesa da Saúde, ligada à CAS, aprovou a realização de três audiências públicas a pedido do senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

O primeiro debate vai subsidiar a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que assegura recursos mínimos para a saúde. Os ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Fazenda, Guido Mantega, e os presidentes do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho dos Secretários Estaduais de Saúde serão convidados.

A segunda audiência avaliará a situação do controle da dengue, da febre amarela e da malária no país. Entre os convidados estão o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Gerson Penna, e um representante da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical.

O terceiro debate vai abordar o programa Mais Saúde, que estaria sofrendo restrições orçamentárias. Temporão foi chamado para discutir o tema com a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), relatora da PEC 89/07, que trata do assunto.

Ideli aponta destaques no ensino

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu voto de aplauso aos 37 municípios que têm boas práticas de ensino em suas redes de educação, de acordo com pesquisa do Ministério da Educação e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com a parceria da

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). “Esses municípios conseguiram superar metas de diminuição da evasão, do analfabetismo e da repetência”, destacou Ideli.

Senado homenageia centenário de seu ex-presidente Luiz Viana Filho

O Plenário realizou sessão em homenagem ao centenário de nascimento do ex-senador Luiz Viana Filho (1908-1990), patrono da biblioteca da Casa e presidente do Senado de 1979 a 1981. A solenidade foi aberta pelo presidente Garibaldi Alves Filho e contou com a presença da diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira, e do ex-senador Luiz Viana Neto, filho do homenageado.

Garibaldi ressaltou a capacidade do ex-senador de conciliar a carreira pública com a vida acadêmica. Para o presidente do Senado, a maior homenagem que a Casa poderia oferecer era dar o nome de Luiz Viana Filho à biblioteca.

– Autêntico estadista, pensava e agia de modo a reconhecer na política o meio para a superação dos impasses e para a acomodação dos interesses presentes na sociedade – afirmou Garibaldi Alves, destacando a ação do ex-senador para “oxigenar a tensa atmosfera política do regime militar” e promover a industrialização da Bahia.

Na opinião de Efraim Moraes (DEM-PB), o homenageado foi um dos mais ilustres membros da história do Senado.

– Não há como não ser tomado por admiração e respeito pelo homem íntegro e pelo intelectual erudito – afirmou.

César Borges (PR-BA) e Antonio Carlos Magalhães Júnior (DEM-BA) destacaram a importância da Bahia na vida do político e no trabalho do escritor.

César Borges disse que Luiz Viana Filho sempre foi um homem fiel à Bahia e à democracia, devotado às causas do Direito. ACM Júnior destacou os laços entre seu pai, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, e a família de Luiz Viana Filho. Ele lembrou que seu pai foi prefeito de Salvador quando Luiz Viana Filho era governador da Bahia, a partir de 1967.

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que, na biografia de Rui Barbosa

escrita por Luiz Viana Filho, pode-se ler “um sábio descrevendo outro sábio”. Já Marco Maciel (DEM-PE) destacou a vocação política do ex-presidente do Senado, aliada à carreira literária. Heráclito Fortes (DEM-PI) destacou que feliz é o país que pode homenagear figuras como Luiz Viana Filho. Arthur Virgílio (PSDB-AM) indagou quantos parlamentares de hoje mereceriam uma homenagem como a que se prestou a Luiz Viana Filho.

Exposição virtual

A Biblioteca do Senado também

homenageou seu patrono com a exposição virtual *Centenário Luiz Viana Filho*, que apresenta a vida e a produção literária do ex-parlamentar baiano.

Simone Vieira explicou que a exposição está disponível na página da biblioteca na internet e conta com uma breve biografia do ex-senador, as obras de sua autoria e o acervo da biblioteca particular do homenageado, composta por 11 mil títulos, incorporados à biblioteca da Casa em 1997.

Advogado, político e imortal

Luiz Viana Filho destacou-se na vida cultural e política nacional como advogado, escritor, professor, historiador e político.

Conhecido como o “príncipe dos biógrafos brasileiros”, ele foi membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia de Letras da Bahia, da Academia de Ciências e Letras de Lisboa e da Academia Internacional de Cultura Portuguesa.

Na política, foi deputado federal, governador da Bahia de 1967 a 1971, chefe da Casa Civil da Presidência da República de 1964 a 1966, senador e presidente da Casa de 1979 a 1981. Morreu em 1990, no segundo mandato de senador.

José Cruz



Familiares de Luiz Viana Filho compuseram a mesa da sessão em homenagem ao ex-senador